

# **A GENTE TINHA POUCO, MAS ESSE POUCO ERA TUDO PRA NÓS: O DESASTRE DA SAMARCO E A DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS DE MARIANA**

**Aline Mendes Pereira (UFMG)**

GT Coletivos Afro-Brasileiros e Indígenas: Território, Conhecimentos Tradicionais, Conflitos e Formas de Resistência.

**Palavras Chave:** Campesinidade. Desastre. Territorialidade.

## **Introdução**

Aí veio a lama e destruiu todos os sonhos aqui. (Morador de Paracatu de Baixo, entrevista realizada pela equipe do GESTA durante a produção da cartografia social da comunidade de Paracatu de Baixo)

Em 25 de novembro de 2015, aconteceu o rompimento da Barragem de Fundão, situada em Mariana/MG. Centenas de famílias, em sua maioria das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, foram deslocadas compulsoriamente, passando a viver na cidade de Mariana. O desastre representa um marco disruptivo de vidas. Desde o dia do rompimento, batizado pelos atingidos como O dia da lama, ou O dia do terror, suas vidas mudaram de forma profunda e inesperada. Suas rotinas de trabalho, morada e lazer, e suas projeções para o futuro foram completamente desestruturadas. Além disso, passou a fazer parte da comunidade um novo universo social, marcado pela gestão burocrática e exigência do aprendizado de uma prática política (Zhourri et al., 2016a e 2016b).

A barragem de Fundão estava sob gestão da empresa Samarco Mineração S/A., cujo capital é controlado igualmente pelas corporações VALE S.A e BHP Billiton Brasil Ltda. No dia do rompimento não havia nenhum sistema de alerta ou Plano de Ações de Emergência para a fuga das comunidades. No período anterior ao rompimento, a comunidade de Bento Rodrigues, que se localiza a 5 Km da barragem, já apresentava inseguranças quanto às instalações e efeitos das operações da Samarco. No entanto, agentes da empresa sempre afirmavam a impossibilidade de qualquer risco de rompimento. Ao passo que, nos territórios a jusante, a maioria das comunidades desconheciam a existência da barragem de Fundão e seus possíveis riscos.

“Eu não acredito na Samarco, porque nas reuniões lá no Bento, eles não falavam que estávamos correndo perigo. Só dizia que estava tudo bem, que não precisa preocupar, porque não tinha perigo nenhum.” (Depoimento de um dos moradores da comunidade de Bento, Jornal A Sirene, janeiro de 2017).

“Agora, eu pensei comigo que ia vir era uma água, não uma lama, porque a água vai passando rápido [...] Aí aconteceu que chegou e levou foi tudo embora, o que tava no alto, embaixo, tudo embora.” (Morador de Paracatu de Baixo, entrevista realizada pela equipe do GESTA durante a produção da cartografia social da comunidade de Paracatu de Baixo)

Os relatos da experiência do desastre expõem o descaso da empresa e das autoridades ao negligenciar os riscos que estavam submetendo à população local. Em suas narrativas, é evidente o desespero, o pânico e o trauma vivido pelos moradores da comunidade, assim como o desconhecimento das ameaças a que foram submetidos, pois muitos não sabiam do potencial destruidor do rompimento. Nas comunidades, haviam pessoas idosas e com dificuldades de locomoção, fatores que tornaram traumático o processo de evacuação dos territórios diante da iminente chegada da lama.

Norma Valencio (2014), ao estudar a natureza dos desastres, alerta para uma oligarquia que dita o campo dos desastres no Brasil, formada por uma visão político-institucional que encontra conviência na mídia e apoio num establishment científico<sup>1</sup>. Esses grupos tendem a naturalizar os desastres, retirando-os da esfera política, o que resulta na responsabilização dos empobrecidos por suas próprias mazelas, vistos como sujeitos imprudentes, que estão sempre vivendo nos locais errados.

Da perspectiva crítica das ciências sociais, o desastre então se constitui como um fenômeno eminentemente social (LAVELL, 1993), tanto no que diz respeito aos processos de vulnerabilização que resultaram em sua existência, quanto no tocante às suas consequências. Partindo do entendimento do desastre enquanto um resultado de dinâmicas construídas socialmente, o rompimento da Barragem de Fundão é um produto de processos sociais e históricos territorialmente circunscritos e conformados, desde a escolha da localidade onde foi construída, até a opção pela técnica construtiva: a montante (a barreira de contenção é construída através do próprio rejeito, que, ao tornar mais denso, é usado para o alteamento da barragem) tecnologia mais baratas e mais fácil de licenciar. Outro aspecto que desvela a sua

---

<sup>1</sup> O establishment científico corresponde às práticas científicas que tendem a resolver o problema dos desastres por meio das técnicas científicas, retirando desse o enfoque propriamente sociológico, além de instrumentalizar o sofrimento dos atingidos, descentralizando e constringendo os que possuem legitimidade de expressar em seus próprios termos aquilo que lhes é real (VALÊNCIO 2014).

construção social é que, desde 2013, empresas e autoridades<sup>2</sup> já tinham conhecimento do risco de rompimento, como já apontava um laudo realizado pelo Instituto Prístino, solicitado pelo MPMG em 2013.

Ao problematizar e desvincular as concepções do desastre das visões predominantes que tendem a neutralizá-lo, é possível entender o rompimento da barragem de Fundão como um desastre sociotécnico (Zhourì et al., 2016a e 2016b). Ao desenvolver esse conceito, os autores apontam o processo para além do erro meramente técnico do rompimento da barragem, enfatizando as falhas da governança ambiental que produzem novos padrões de vulnerabilidade que expuseram a população ao risco (ZHOURI, 2016).

Ao estudar casos de desastres, é primordial ter em mente que os grupos atingidos são aqueles que devem ocupar centralidade no processo, sendo capazes de trazer a dimensão crítica do acontecimento e suas afetações, assim como a duração das marcas que perduram em suas vidas. Dessa forma, o desastre não está limitado à ocorrência do rompimento, mas se desdobra na forma de sofrimento social (Zhourì et al, 2016) (Valêncio, 2014), decorrente também das práticas institucionais de reparação de danos e restituição da vida. Essas práticas são compostas por metodologias que se reduzem a uma leitura quantitativa e ao tratamento burocratizante da reparação, sendo os responsáveis incapazes de avaliar a real dimensão das perdas dos territórios, de vida e história, nem da privação de autonomia nas rotinas dos grupos atingidos.

Os processos decorrentes do desastre, como deslocamento compulsório e imersão em um meio burocrático, produziram rupturas de grandes dimensões nas rotinas dos sujeitos sociais atingidos, pois, anterior ao desastre, as comunidades viviam em um ambiente rural, marcado pela campesinidade, conceito trabalhado por Klaas Woortmann (1990). O autor aponta o conceito como uma qualidade presente em diversos grupos que possuem terra, família e trabalho como elementos centrais e articulados. Dessa forma, o trabalho não é um fator abstrato e desvinculado da terra e família, assim como a terra não se resume a um fator de produção, mas é o patrimônio da família, local de trabalho e morada. Ao ser patrimônio da família, sendo transmitida por gerações, naturaliza-se uma honra. Essa honra se constitui na autonomia, tanto no sentido de processo do trabalho, quanto de transmissão do saber por meio de geração. O saber garante a transformação da terra em terra de trabalho. Tal dinâmica proporciona uma relação carregada de valores simbólicos com a terra e moral com a natureza. (WOORTMANN, K, 1990)

---

<sup>2</sup> Mais em: <Laudo de 2013 alertou sobre riscos de ruptura de barragem em Mariana (MG)>.

Na sede de Mariana, os atingidos vivem em casas alugadas dispersas uma das outras, o que afeta na articulação entre eles e rompe com o padrão de vida anterior, marcado pela sociabilidade camponesa, em que, por meio de redes de vizinhança e parentesco, articulavam a sobrevivência dos moradores, além de construir e dar sentido aos territórios.

A autora Emília Pietrafesa de Godoi, ao desenvolver os estudos sobre a compreensão da territorialidade, aponta o fato de sua construção se dar a partir das redes de sociabilidades desenvolvidas sobre um território, o que a caracteriza enquanto uma organização do espaço carregada de história (Godoi, 2014, p.13). Sendo a construção de laços fundamental para sua existência, esses vínculos são responsáveis pela reterritorialização de comunidades desterritorializadas. Neste artigo tais aspectos serão evidenciados, desde a construção da territorialidade por intermédio das redes de vizinhança e parentesco, como também as diversas ações para manter tais vínculos, pois são esses que vão possibilitar a reterritorialização ao que será o Novo Bento Rodrigues e a Nova Paracatu de Baixo. As comunidades deslocadas compulsoriamente, em sua maioria, continuam juntas, participando de reuniões, Grupos de Trabalho, entre outras atividades. Assim, o reassentamento já vem sendo construído a partir dessas redes de relações prévias. No entanto, vale ressaltar que, com o processo do desastre e os processos de reparação, permeados por novos agentes, como, assessoria técnica, Fundação Renova, Ministério Público, entre outros, as redes antigas são reconfiguradas devido à emergência de tensões e conflitos internos.

Os territórios atingidos pela lama continuam carregados de sentidos e sentimentos, como será evidenciado no percurso deste artigo. Desse modo, a perda do território não representa a perda de sua importância (GODOI, 2014), sendo abordado a sua dimensão para as comunidades no processo de deslocamento compulsório, os valores e religiosidade ligados a ele, assim como as redes enquanto componentes fundamentais da construção da territorialidade e da reterritorialização. A vida provisória na cidade de Mariana, momento de angústia que vem sendo prolongado no tempo desde o rompimento, assim como o estigma e preconceito vivenciados na cidade, serão marcados pela lembrança do que era a vida antes na comunidade - de autonomia e liberdade - assim como os sentidos e valores da campesinidade, religiosidade e tradição serão acentuados nesse processo, mobilizados enquanto estratégia pela luta por direitos.

## **Metodologia**

A temática da sociologia rural, desde o início do curso em Ciências Sociais, despertou-me interesse, nascido do meu contato pessoal com o campo, meio social que permeou minha infância, adolescência e de certa forma se faz presente na minha vida, e que compõem as narrativas familiares. Ao estudar tal contexto, é evidente os diversos enfrentamentos das populações que permanecem no campo resistindo ao descaso político-institucional na falta de políticas públicas, e as ações desterritorializantes de grandes empreendimentos.

A partir do interesse nos estudos em sociologia rural e a forte interseção com o estudo dos conflitos ambientais, ingressei em 2019 no Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA-UFGM), que, muito anterior ao meu ingresso, já atuava como pesquisa e extensão, no caso do desastre da Samarco desde 2015. O grupo já havia conquistado a confiança entre muitos interlocutores, produzido muitos materiais, assessorando a comunidade em muitos casos, como se destaca a elaboração da Cartografia Comunitária de Paracatu de Baixo, que teve como produtos o Boletim Informativo<sup>3</sup> e Acervos Familiares, além de produções de notas técnicas e pareceres no decorrer do processo. Os trabalhos foram desenvolvidos conjuntamente com as comunidades, privilegiando a centralidade de suas falas. Em especial, o trabalho de mapeamento realizado com a comunidade de Paracatu de Baixo, foi mobilizado neste presente trabalho em maior profundidade como meio de examinar as experiências da comunidade acerca do desastre e sobre seus territórios. Mas também há relatos recolhidos de outras comunidades em demais atividades de campo realizadas pelo grupo, participações em eventos e depoimentos relatados em jornais.

Além da extensa produção do GESTA, estive também presente em incursões de campo realizadas durante o ano de 2019 nas comunidades e em eventos relacionados com o desastre da Samarco. Acompanhei eventos e festas religiosas, como a festa de Santo Antônio, o ato de 4 anos de rompimento, entre outras visitas e reuniões com a Fundação Renova<sup>4</sup>, MPMG, assessoria técnica, Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) e outros membros da comunidade.

---

<sup>3</sup> Foi resultado dos mapeamentos realizados na comunidade de Paracatu de Baixo. A cartografia comunitária de Paracatu de Baixo foi produzida através da parceria entre o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA-UFGM) e o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). O trabalho contou com o apoio da Cáritas Brasileira, cuja equipe responsável pela assessoria técnica aos atingidos em Mariana (MG) participou das atividades de mapeamento. Durante o ano de 2017, foram realizadas, com os moradores de Paracatu de Baixo, oficinas e campanhas de campo, visando ao registro das memórias sobre o território afetado e ao levantamento dos danos provocados pelo rompimento da barragem de Fundão.

<sup>4</sup> Fundação responsável pela aplicação de programas e ações criada por meio do TTAC, acordo firmado entre Samarco, Advocacia Geral da União, do Estado de Minas Gerais e Espírito Santo, e os dois Governos estaduais.

Tive também apoio de outras fontes de pesquisa e informação, entre elas destaco o Jornal A Sirene, nome que remete às sirenes que não soaram no dia do rompimento. O lançamento de cada nova edição acontece sempre no dia 05 de cada mês, data do rompimento, junto com o ato de tocar uma Sirene na principal praça pública em Mariana. O jornal é construído pelos próprios atingidos com apoio de grupos técnicos da UFOP e UFMG, além do MP e da Arquidiocese de Mariana, com o slogan “Para não esquecer”. É um veículo de constantes publicações que não só resgatam a memória da vida antes do rompimento, como também relatam sobre o cotidiano atual dos atingidos. Trazendo informações do processo de reparação, o jornal atua como um canal direto de informação e denúncia, conferindo publicidade aos posicionamentos dos atingidos de toda a bacia do Rio Doce.

Atualmente com a impossibilidade de visitas a campo pela necessidade de distanciamento impostas pela emergência sanitária da propagação do COVID-19, o jornal A Sirene continua sendo um importante meio de informações. Algumas reuniões ainda permanecem de maneira remota, entre a Fundação Renova, MPMG e a comissão de atingidos, além de lives realizadas pela assessoria técnica, com a participação de outras instituições e de membros das comunidades atingidas. Vale destacar também que todos os relatos evidenciados neste artigo foram extraídos das incursões de campo feitas anteriormente à minha entrada no GESTA, realizadas durante a produção da cartografia social, sendo meu trabalho na construção desse texto mais de pesquisa bibliográfica.

## **Desenvolvimento**

Aí no dia da lama, no dia que a lama chegou, eu corri lá na igreja, um pouco antes da lama chegar e consegui abrir a igreja lá, custei a abrir a igreja, mas consegui abrir. Tive que pular o muro porque eu não conseguia abrir o cadeado do portão também. A gente pulou o muro, eu pulei o muro, E. ficou de moto me esperando porque eu pedia a ele pra me levar de moto. Ele ficou esperando eu abrir a igreja, entrar dentro da igreja, mas só que depois que eu entrei dentro da igreja, eu olhava para o lado e não sabia qual imagem eu ia pegar. Se eu pudesse pegava todas, mas eu não ia conseguir. Aí eu fiquei olhando. Aí lá nós tínhamos dois Santo Antônio. O pequeno que é o original da igreja e nós tínhamos o grande que nós ganhamos de doação, e foi doado por uma professora da escola. [...] E aí eu tinha feito uma troca, eu tinha colocado o Santo Antônio que é o grande mais embaixo e o padroeiro mais lá no alto. Quando era época da festa eu punha o padroeiro lá no mais alto, quando passava eu costumava descer o pequeno. E nessa época que a lama chegou o pequeno estava lá no alto e o grande estava mais embaixo. Aí eu tive que subir em uma cadeira pra pegar o pequeno que era original da igreja. Só que não sabia qual imagem eu pegava. Com muito custo eu peguei a cadeira,

coloquei lá e subi. [...] Depois no final eu peguei Nossa Senhora Aparecida, que é essa imagem. São José, que o pessoal de Paracatu de Cima, né, tinha um amor muito grande por ele, e o santo Antônio original da igreja, as três imagens. Peguei as três imagens e saí correndo com elas. Cheguei no portão da igreja, eu dei a Elias pra segurar. E voltei, pra eu buscar o santíssimo e o crucifixo. Mas quando eu cheguei lá dentro da igreja Elias gritou. “Corre, M.!”, que eu ouvi uma explosão. Aí eu voltei lá de fora e falei: você ouviu? Ouvi uma explosão. Quando eu voltei dentro da igreja pra tentar pegar mais alguma imagem, aí eu senti medo [...] Eu saí correndo, pulei o muro e montei na moto. E fui embora levando essas três imagens, São José, Santo Antônio original da igreja e a Nossa Senhora Aparecida que é a original da igreja, que foi da minha mãe. (Morador de Paracatu de Baixo, entrevista realizada pela equipe do GESTA durante a produção da cartografia Social da comunidade)

As comunidades atingidas são marcadas pela fé e religiosidade. Cada comunidade possui o seu santo padroeiro, sendo Santo Antônio o padroeiro da comunidade de Paracatu. Por ele, a comunidade possui uma fé e um carinho muito especial, como é apresentado no relato, evidenciado pela apreensão em salvar o santo padroeiro e as imagens sagradas originais da comunidade. O relato também expõe um ponto importante: mesmo havendo uma distinção entre Paracatu de Baixo e de Cima, essas comunidades possuem relações muito estreitas. A comunidade de Paracatu de Cima é constituída por casas com roças maiores, enquanto a comunidade de Paracatu de Baixo é um povoado com terrenos menores no entorno das casas, hortas e quintais, em torno da igreja.

Era muito comum os moradores de Paracatu de Baixo trabalharem nas roças dos sitiantes de Paracatu de Cima, além de diversos serviços, trocas e relações entre a comunidade. No relato, é evidenciado o afeto da moradora da comunidade de Paracatu de Baixo ao se preocupar em salvar também São José, santo querido pela comunidade de Paracatu de Cima. Os moradores dessas comunidades além de articularem suas sobrevivências, compartilham o território coletivo, como igreja, a quadra e o cemitério. Durante todo o ano aconteciam festas religiosas na comunidade de Paracatu, que movimentavam a comunidade e distritos próximos.

A festa de Santo Antônio, que é padroeiro do lugar, era uma festa bem animada. Animada com som, um levantamento de mastro muito bem feito, tudo legal, né? Tinha som na praça depois da missa e a procissão da bandeira. E aí era a noite inteira. No domingo tinha missa, a procissão e o resto da noite era som. (Relato moradora da comunidade de Paracatu de Baixo, mapeamento participativo).

E era uma festa arrojada [Festa do Menino Jesus], uma festa de comes e bebes, sabe? Tinha comida, tinha banda que vinha tocar, tocava aqui na sexta e no sábado. Tinha muita coisa que animava a comunidade. Aí vinha congado, tinha na Prainha, um congado lá do Sumidouro, lá do Ribeirão do Carmo, tinha Monsenhor Horta, dança da fita... Tudo apresentava aqui no dia

da festa! Tinha muita barraquinha, vinha até um restaurante e montava barraquinha. Cada barraqueiro contribuía também pra igreja. E era muita barraquinha, tinha um monte de coisa. (Relato moradora da comunidade de Paracatu de Baixo, mapeamento participativo).

As festas mais conhecidas eram a Festa de Nossa Senhora Aparecida, a festa do Padroeiro Santo Antônio e a do Menino Jesus. Nessas festas, eram marcadas as relações entre as comunidades, como a procissão de Nossa Senhora Aparecida, que tinha uma carreata que passava pelos distritos de Pedras, Águas Claras, Claudio Manoel e, algumas vezes, Monsenhor Horta. A festa do Menino Jesus, que contava com a Folia de Reis, que também percorria por distritos vizinhos no mês de dezembro e janeiro, recolhendo arrecadações e contava no dia da festa com a presença do Congado e outras atrações de comunidades e distritos próximos.

Vivendo na sede de Mariana, os moradores das comunidades atingidas não se sentem pertencentes à cidade, as visitas às comunidades devastadas, os encontros e as festas religiosas se tornam formas de fortalecer laços e acessar noções de pertencimento. Após o desastre, o retorno ao território foi acontecendo aos poucos. Alguns preferiram não retornar de imediato, muitos não conseguiram ir nas primeiras festas, mas foi crescendo a necessidade de ocupar aqueles espaços, tanto para realizar enterros, celebrações e festas, como também em forma de resistência. Alguns daqueles que não perderam suas casas e propriedade voltaram, mesmo com a insegurança de viver isolados e o aumento expressivo de saques. Os territórios, mesmo devastados, mantêm seus sentidos para a comunidade.

O retorno aos territórios começou a ser uma demanda. No entanto, as vias de acesso às casas estavam destruídas pela lama. Assim, retirar a lama, permitir acesso às vias, promover a segurança nos territórios, bem como usar e visitar a igreja e espaços comuns se tornaram reivindicações da comunidade às autoridades envolvidas no processo e Fundação Renova.

Falei com eles outro dia, voltei lá e falei: “Limpa isso aí, essa igreja tá precisando limpar. Morre uma pessoa como é que faz? Na cidade lá em Mariana não pode fazer velório. Tem que vim embora pr’aqui. E pra ficar no meio do campo, na lama aí? É, vocês que tem que dar uma solução”. Eu voltei lá um dia e falei com ele: “Óh, nós vão parar lá em cima. Se não limpar, nós vão parar lá mesmo”. Falei: “Óh, picareta nós tem, tem marreta, nós abre uma valeta de um metro lá em cima na entrada, nem vai pra Águas Claras e nem pra lugar nenhum, e para tem tudo aí em cima, eles tão perdido”. Aí tem que vim, uai. Aí vai ter que vim promotor, pra conversar, vai ter que vim prefeito, algum poder da firma tem que vim pra dar



uma solução pra nós. E não precisa ser muito não, umas dez pessoas para aquele trem lá em cima. (Relato moradora da comunidade de Paracatu de Baixo, mapeamento participativo)

O trecho acima trata de velórios e enterros como uma das necessidades que movimentou os atingidos a ocuparem de volta o território coletivo. Outra motivação foi a fé e religiosidade da comunidade. A volta ao território foi por meio de muita mobilização, inclusive com ameaças de intervir nas vias de acessos à estrada que passa próximo à comunidade, com o intuito de chamar a atenção das autoridades. Porém, mesmo conquistando o direito de ocupar os espaços coletivos, a igreja não havia sido aberta com a alegação de risco da estrutura cair.

Desde o rompimento, a primeira festa que ocorreu em Paracatu foi a de Santo Antônio, para não passar a data em branco. A coordenadora da comunidade pastoral foi a idealizadora. Convidou o padre para celebrar a missa e pediu aos outros membros da comunidade para ajudá-la. A celebração aconteceu em sua antiga casa. No ano seguinte, a comunidade conseguiu organizar a missa com mais pessoas no território coletivo, que aconteceu na quadra esportiva ao lado da igreja. Em 2018, aconteceu a primeira missa dentro da igreja, momento em que a data pode ser celebrada com o Padroeiro em seu altar. A Fundação Renova não havia cedido o uso da igreja alegando risco, mesmo após a visita da Defesa Civil afirmando não haver perigo das estruturas caírem.

A festa de Santo Antônio saiu da minha casa, [em 2016]. Porque com a lama a gente tava enterrando a festa do padroeiro, aí eu disse pro padre Reginaldo: - Padre, nós não podemos enterrar a festa do padroeiro, que não tá acontecendo. O senhor podia celebrar uma missa lá em Paracatu? Eu vou fazer um convite à comunidade e nós vamos fazer a festa do padroeiro lá. Aí ele disse que celebrava a missa, eu conversei com meu pai e falei pra ele ajudar na organização, conversei com a A. e a gente reuniu o conselho da igreja e conversamos sobre isso, pra que a gente se unisse, pra levantar essa festa que já tava se acabando. E aí todo mundo concordou com a ideia. [...] Aí conversei com as meninas, porque a gente precisava de ajuda pra gente dar o lanche e assim foi. (Moradora de Paracatu de Baixo, entrevista realizada pela equipe do GESTA durante a produção da cartografia Social da comunidade de Paracatu de Baixo)

Para nós é difícil voltar, mas é uma forma de manter a nossa fé aqui. Até porque é muito difícil conviver em outra comunidade e participar de festividades, como a da Semana Santa, em outros lugares. Fora daqui somos meros espectadores. Nós voltamos para lembrar, para viver aqueles momentos que nós vivíamos aqui. Bento não vai ser uma página virada e nunca

vai ser substituído. [...]. (Marinalda Aparecida Silva Muniz, moradora de Bento Rodrigues Jornal A Sirene)

Só que eu percebi que isso não poderia acontecer, que as festas não podiam acabar, porque, se a gente deixar se perder, não vamos ter isso em Lucila [Terreno escolhido para acontecer o reassentamento].. (Maria Geralda, moradora de Paracatu de Baixo- Fonte jornal A Sirene Julho de 2018)

Ao se referir à presença em festas de outras comunidades como meros espectadores, é revelado a característica das celebrações nas comunidades como uma forma de busca por sua identidade, enquanto sujeitos protagonistas de uma história enraizada em um território. A ocupação do território surge também como necessidade de manter os vínculos com a comunidade, pois será a partir desses laços e tradições da comunidade já estabelecidos e mantidos que vão conferir a territorialização do terreno Lucila.

São situações em que as pessoas partem para a conquista de novos territórios e, nesse caso, as redes – de mediadores, aliados, parentes e amigos – são, claramente, importantes: são elas que vão possibilitar reterritorializações. Pensadas assim, as redes são produtoras de novas territorialidades. Godoi, E. P. de (2014).

A ocupação das comunidades atingidas também vem ocorrendo como forma de resistência frente à disputa do futuro desses espaços. Uma das afirmações da Fundação Renova era que, quando concluísse o reassentamento, as terras e a comunidade atingida passariam a ser propriedade da empresa Samarco. Esta proposta gerou indignação entre muitos membros da comunidade. Eles contestaram que suas terras não estavam à venda antes do rompimento, e, mesmo que muitas propriedades estivessem completamente devastadas, ainda assim, havia muitas em que restava parte do terreno com suas histórias, assim como o território coletivo, que representa a identidade das comunidades. Assim, os atingidos começaram a se movimentar com o lema “Não trocamos nossa história por lama”.

Assim, a presença nos territórios perpassa por vários sentidos, como prática tradicional dos ritos, manutenção dos vínculos com a comunidade, já que muitos moradores agora vivem dispersos na cidade, e também como forma de resistência e luta política. Os

territórios possibilitam o encontro com a identidade, ao mesmo tempo que servem de testemunho e memória ao evidenciar em seus percursos os significados do desastre.

O fato é que, os conflitos dos quais tratamos colocam, aos sujeitos ameaçados pelo deslocamento compulsório, a necessidade de rever e de compor seus projetos, de reconsiderar as potencialidades de seu território, de atualizar seu sentido de lugar. A produção da localidade é marcada, então, pela ativação da memória coletiva como instrumento de luta na afirmação da legitimidade da ocupação histórica da terra. O trabalho da memória não consiste em resgatar um passado cuja perspectiva é o imobilismo. O lugar resultante desse trabalho político imaginativo se desvencilha de um sentido reacionário que o definiria como um espaço de sujeição desses grupos condenados a viver perpetuamente sob o signo da estagnação (Zhou, A. & Oliveira, R., 2010, p.455).

## A vida provisória na cidade e as violências do processo de reparação

Ao serem desterritorializados, os moradores das comunidades deixaram de exercer o controle sobre seus espaços de vida e território comunitário. Os moradores de Paracatu mantinham redes que articulavam suas sobrevivências, possuíam sistema de irrigação natural, devido à característica da região, o que viabiliza o plantio de horta e outros mantimentos. Possuíam sistema de “rodízio”, por meio do qual trocavam os seus produtos. Na sede urbana, o padrão de vida anterior é impossibilitado, a roça é sinônimo de uma vida com mais autonomia e bem estar.

Tinha tudo quanto é verdura com sobra, tudo dava pros outros, só tomate que a gente comprava. Carne, principalmente, a gente não comprava, porque a gente tinha de tudo. Sempre quando os amigos matavam um boi a gente comprava um pernil e colocava no freezer. Porco a gente engordava... matava um porco e quando acabava aquele já tava nos dias de matar outro. E aí rodava o rodízio. A gente quase não comprava certo tipo de coisa, mais era sal, açúcar, arroz. [...] Mas aqui na roça era bom, tinha tudo com fartura, muita coisa mesmo, muito bom”(Morador de Paracatu de Baixo, entrevista realizada pela equipe do GESTA durante a produção da cartografia Social da comunidade de Paracatu de Baixo)

A ruptura dos laços entre os moradores que era responsável por estruturar estratégias de vida são pontos marcantes nos relatos. As relações entre os membros da comunidade eram firmadas por um conhecimento contínuo e permanente de cada indivíduo, construído desde a infância, quando os laços são mais estabelecidos, constituindo, assim, sociedades de interconhecimento (MENDRAS, 1978). Outro ponto ressaltado pelos membros da

comunidade é o de que em Paracatu todo mundo era parente, evidenciado a sua constituição enquanto comunidade de parentesco (WOORTMANN, K, 1990).

Paracatu tudo era parente... [...] Aí o meu tio, depois que minha tia morreu, veio e falou com papai que, ele falou: "cê fica lá com o terreno todo pra você, e eu vou vender esse aqui". Aí vendeu lá, lá perto daqueles bambus lá, que era dele, aí vendeu lá, ficou com o dinheiro, que minha tia tinha morrido e o filho dela que é um só também tinha morrido e ficou com dinheiro, ficou com tudo lá e nós ficamos com isso tudo aqui pra nós. Só que não tinha... aqui quase ninguém tem papel de terreno não, ninguém. E eu tô fazendo usucapião desse terreno, porque meu pai não deixou, aqui não tem papel nenhum, se a Samarco chegar aqui e falar assim "eu vou dar vocês uns 2 metros 3 pra falar que é seus", pronto, não tem nada né? Aí eu tô fazendo o usucapião, só falta agora a advogada entregar os papéis, tá demorando me entregar. (Moradora de Paracatu de Baixo, entrevista realizada pela equipe do GESTA durante a produção da cartografia Social da comunidade de Paracatu de Baixo)

As relações de parentesco são elementos típicos das comunidades campesinas em que os filhos, ao se casarem, formam novos núcleos familiares no mesmo terreno, somando-se isso a práticas de reciprocidade e compadrio (WOORTMANN, K, 1990). O relato acima apresenta também quando esses elementos tradicionais de apropriação, como a terra de herança (ALMEIDA 2009 ) ou terras indivisas, entram em confronto com as lógicas alheias a esses modos de vida. Essas formas de gestão do patrimônio familiar não estão resguardadas por títulos ou documentos, mas se mantêm vivas por meio da memória coletiva, que está ancorada em dimensões simbólicas e identitárias e nas relações dos grupos com esses espaços, o que confere profundidade e consistência temporal ao território. (Little 2002)

Outro aspecto que dificulta a vida na sede de Mariana é a visão de desconfiança que a população da cidade tem pelos moradores da comunidade. O cartão emergencial e os direitos que são conquistados por eles não são vistos como direito de algo que foi tirado, mas como um privilégio ou caridade. Assim os atingidos são responsabilizados pela paralisação das atividades da Samarco, determinada pela justiça, e o consequente desemprego na cidade que é dependente da mineração.

“É, eles xinga mesmo. Muita gente não fala, eu mesmo faço questão de falar que nem que sou daqui [Paracatu de Baixo], xinga o povo do Bento, de Paracatu, xinga mesmo. (...) [...] Xinga na rua. Uma vez teve uma reunião com o promotor no Fórum. Aí teve um monte de gente de Bento, Paracatu. Aí eles passavam na rua: "Cambada de vagabundo, vai caçar

serviço, tá caçando dinheiro, vai caçar serviço". No meio da rua assim, porque passava dentro do carro, tava atrapalhando os outros passar na rua mesmo, mas eles xingavam: "Cambada de vagabundo, tá caçando dinheiro, vai trabalhar." (Moradora de Paracatu de Baixo, entrevista realizada pela equipe do GESTA durante a produção da cartografia Social da comunidade de Paracatu de Baixo)

O estigma (GOFFMAN 1981) sofrido pelos atingidos na cidade de Mariana reforçam ainda mais o sentimento de não pertencimento da comunidade. A ideologia fundamentada na culpabilização das vítimas atingidas por desastre, que para os moradores da cidade estão vivendo bem devido ao cartão emergencial e o direito de casas alugadas, enquanto eles perderam seus empregos forjam a indiferença social (VALÊNCIO 2014) com os grupos atingidos.

Os atingidos tiveram que se organizar em uma comissão, iniciando um processo de reuniões sistemáticas extrajudiciais entre MPMG, Samarco, com a presença de diversas instituições envolvidas no processo. Essas reuniões seguem as orientações do código de processo civil, que incentiva a conciliação como alternativa para a resolução de conflitos. Assim as empresas réus foram colocadas como parte interessada. Mesmo com todas as desigualdades materiais e simbólicas nesse processo, os atingidos são obrigados a entrar num processo de negociação dos seus próprios direitos.

Logo após o rompimento, a portas fechadas e sem a participação dos grupos atingidos pelo desastre, foi elaborado um acordo chamado TTAC, entre a Samarco, Advocacia Geral da União, do Estado de Minas Gerais e do Espírito Santo, e os dois Governos estaduais. A partir desse acordo foi criado então a Fundação Renova, que representa a empresa Samarco, sendo responsável por responder às medidas de reparação.

Entre os programas e ações coordenados pela Renova, está o Programa de Levantamento e de Cadastro dos Impactados (PLCI), que foi aplicado por uma empresa terceirizada, Synergia, realizado por um formulário eletrônico denominado Cadastro Integrado. A elaboração do cadastro foi realizada sem nenhuma participação dos atingidos, marcada por uma lógica voltada para a quantificação das perdas patrimoniais, com uma visão urbanística e agroindustrial distante do universo da comunidade formada por pequenos produtores rurais, suas realidades e estratégias de sobrevivência anteriores ao desastre. Outro ponto que marca o cadastro são suas terminologias que geram diferenciações na comunidades e conseqüentemente conflitos, como "Impactados diretos" e "Impactados indiretos", além de diminuir a gravidade do desastre ao reduzi-lo a um "evento" e a denominação de "impactados" ao invés de atingidos.

O cadastro abrange a comunidade por meio da referência das “localidades e comunidades adjacentes à Calha do Rio Doce, Rio do Carmo, Rio Gualaxo do Norte e Córrego Santarém e as áreas estuarinas, costeira e marinha impactadas” (Synergia, 2016: 5). No entanto, essa abrangência, ao legitimar apenas atingidos que tiveram suas propriedades danificadas pela onda de rejeitos ignora os diversos grupos que tiveram ruptura de suas estratégias de vida devido ao deslocamento de grande parte dos moradores da comunidade, assim como os efeitos decorrentes disso.

## **Conclusão**

“Quem tem culpa disso é a Samarco. Que foi a responsável, que deixou acontecer essa tamanha tragédia. Então, por favor, queremos nossas casas. Chega! Aqui não é o nosso lugar! Nosso lugar é Paracatu, Bento Rodrigues, Campinas, Borba e outros demais lugares. Então o nosso lugar não é aqui não. Precisamos de ir embora! Queremos nossas casas! Dois anos, não são dois dias não. Só falam que estamos na emergência, quando que vamos sair dessa emergência? Vai esperar quantos anos ainda? Precisamos de ir embora! Chega de tanta humilhação e tanta injustiça. (...) Nós não somos culpados pelo desemprego (...). Quem tem culpa do desemprego é a Samarco, ela que cometeu esse tamanho crime! Está todo mundo sem casa, sem teto para morar, vivendo de cartão sendo que todo mundo tinha sua renda, todo mundo trabalhava, todo mundo tinha sua casa, hoje nós não temos nada. Estamos aí na cidade, sem saber o que fazer, porque até hoje não temos resposta de nada! Nós queremos nossas casas, por favor, dois anos não são dois dias, que até hoje nada foi resolvido.” (Maria Geralda, atingida de Paracatu de Baixo, manifestação em frente ao fórum de Mariana, audiência do dia 05 de outubro de 2017, Jornal A Sirene).

O manifesto relatado acima foi proferido por Maria Geralda em frente ao fórum de Mariana, em um protesto realizado pelos atingidos em audiência quando foram discutidas pautas importantes de suas reivindicações, como a revisão do cadastro e reconhecimento dos atingidos por parte da Fundação Renova, questões importantes do reassentamento das comunidades e sobre o destino dos territórios destruídos. O relato de Maria Geralda remete à culpabilização dos atingidos vivenciada na cidade de Mariana, apresentando a Samarco e sua negligência como a principal responsável pelo desemprego, além de destacar o sentimento de não pertencimento à cidade, aqui não é nosso lugar, apontando a urgência dos reassentamentos.

A audiência foi realizada no dia 05 de outubro, por meio de muita luta e reivindicação. Nela foi garantido o direito de não haver Permuta, ou seja, após conquistarem

o reassentamento, os territórios atingidos não serão transferidos à empresa. Outro ponto de conquista foi a revisão do cadastro e o direito para qualquer pessoa que se declare atingida pelo rompimento da barragem de responder ao cadastro.

Portanto, ao acompanhar o desastre da Samarco, é perceptível que esse não se limita ao dia da lama. Assim, se torna evidente a necessidade de uma abordagem sociológica no acompanhamento dos desastres, desnaturalizando e abordando sua construção social, resultado de processos políticos de modelos de desenvolvimento que reforçam desigualdades sociais (Valêncio 2014). Em contrapartida, opondo ao sistema capitalista de exploração, que tende desterritorializar territórios sociais (Little 2002), pela implementação e consequências de projetos desenvolvimentista, há a defesa do lugar, do enraizamento de da memória pelos grupos sujeitos a desterritorializados (Zhou, A. & Oliveira, R., 2010). Os moradores das comunidades atingidas, ao mobilizarem suas identidades como forma de garantia de direitos, resgata no passado a tradição como forma de construir possibilidades do futuro, apresentando o que Woortmann destaca, a campesinidade enquanto um projeto, um vir a ser (WOORTMANN, K, 1990).

A gente foi muito em campo pra colher os relatórios, os relatos, pra poder entender os modos de viver, porque até então nem eu entendia essa forma mais maravilhosa e... não posso falar mais ruralista, a gente falava ruralista, agora é campesina: camponeses, né? Porque rural agora virou moda... então na forma campesina de sobreviver. Então a gente vivia bem, a gente vivia com muito conforto, a gente era feliz, igual costume sempre falar: a gente tinha pouco, mas esse pouco era tudo pra nós. (Depoimento moradora de Paracatu de Cima live Vidas tabuladas: entre as estratégias de quantificação e as lutas por reparação organizada pelo GESTA)

Ao acompanhar esse processo de deslocamento compulsório, os valores atribuídos aos territórios e às identidades são aspectos centrais que marcam a luta dos atingidos por direitos. Dessa forma, situações de crise social, são provavelmente, situações de agudização consciente de valores tradicionais (WOORTMANN, K, 1990). Diante da vida imposta na cidade, os valores da campesinidade vão marcar a luta pelo reassentamento, assim como são mobilizados para conquistarem o reconhecimento de direitos frente às categorias fixas e distantes de suas realidades de vida.

## **Bibliografia**

ALMEIDA, A. W. B. **Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de índio: uso comum e conflito.** In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A. & MARIN, R. A. (Org.) *Diversidade do Camponato: expressões e categorias*. Vol. 2 – Estratégias de Reprodução Social. São Paulo: Unesp/NEAD, 2009.

Godoi, E. P. de. (2014). **Territorialidade: . Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, 34(2), 8-16. <https://doi.org/10.37370/raizes.2014.v34.411>

GOFFMAN, Erwing. (1981) **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

LASCHEFSKI, Andréa Luisa Zhouri; TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos. **Quando O Lugar Resiste Ao Espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização.** In: LASCHEFSKI, Andréa Luisa Zhouri; LASCHEFSKI, Klemens Augustinus (org.). *Desenvolvimento E Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação.* ed. Belo Horizonte: Ufm, 2010. Cap. 19, p. 439.

LIMA, Maryellen Milena. —**AQUI NÃO É O NOSSO LUGAR: Efeitos socioambientais, a vida provisória e o processo de (re)construção de Paracatu de Baixo, Mariana/MG.** (Dissertação em Sociambientais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2018.

MENDRAS, H. *Sociedades Camponesas.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978

**O Desastre do Rio Doce: entre políticas de reparação e a gestão das afetações.** In: ZHOURI, Andréa. (Org.). *Mineração: violências e resistências, um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil.* 1ed. Marabá: iGuana, ABA, 2018, p. 28-64.

Paul E. Little, *Amazonia: Territorial Struggles on Perennial Frontiers* (Baltimore, MD, and London: The Johns Hopkins University Press, 2001)

PEREIRA, Ana Beatriz Nogueira. **‘SENTIR O CALOR DA TERRA, PRA SENTIR QUE A GENTE ESTÁ VIVO’:** memória, identidade e territorialidade na vivência cotidiana do



desastre da samarco. 2018. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Departamento de Antropologia e Arqueologia da Fafich/ufmg – Daa, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SILVA, Ilklyn Barbosa da. **PRA MOSTRAR PRA ELES QUE NÓS PRECISAMOS É DE LÁ, NÃO DAQUI**: rituais de resistência como novas formas de narrar e vivenciar o desastre no rio doce. 2018. 99 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Socioambientais, Daa, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.3

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2014, vol.19, n.9, pp.3631-3644. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014199.06792014>.

VALENCIO, Norma. **Desastre como Prática Sociopolítica de Solapamento da Segurança Humana**. DO CARMO, Roberto & VALENCIO, Norma. Segurança Humana no Contexto dos Desastres. São Carlos, Editora RiMA, 2014.

WOORTMANN, K. **‘Com Parente Não se Negueia’**: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, nº 87, Brasília/Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1990.